

## **Globalização e desenvolvimento trans-escalar na integração regional sulamericana.**

Este trabalho é fruto de uma confluência de investigação ainda em curso no interior do Grupo de Estudo e Pesquisa em Política da UFRB.

GT 12- Globalización, integración regional y subregional

Antonio Eduardo Alves de Oliveira. UFRB  
Mauricio F. Silva. UFRB

No mundo inteiro o avanço da globalização tem provocado modificações na economia, na esfera política, nas comunicações, na cultura e nas identidades. Esse processo, ainda em aberto, é de difícil definição por possibilitar distintas interpretações, além de apresentar um caráter assimétrico, havendo ainda efeitos diferenciados em contextos históricos e lugares distintos. O processo de globalização, em seus desdobramentos, tem evidenciado controvérsias e acirrado disputas e conflitos. Mais recentemente, as transformações produzidas pela globalização re-configuraram os contornos do nacional e também do local e do regional. Este trabalho tem como foco o estudo das experiências de articulações dos espaços subnacionais nos processos recentes de integração regional da América do sul, abordando as aproximações e os distanciamentos entre o local, nacional e regional transnacional a partir do impacto da globalização nos processos de integração na América do sul.

**Palavras chaves:** Globalização, integração regional, Desenvolvimento local,

No mundo inteiro o avanço da globalização tem provocado modificações na economia, na esfera política, nas comunicações, na cultura e nas identidades. Esse processo, ainda em aberto, é de difícil definição por possibilitar distintas interpretações, além de apresentar um caráter assimétrico, havendo ainda efeitos diferenciados em contextos históricos e lugares distintos. O processo de globalização, em seus desdobramentos, tem evidenciado controvérsias e acirrado disputas e conflitos. Mais recentemente, as transformações produzidas pela globalização re-configuraram os contornos do nacional e também do local e do regional.

Este trabalho tem como foco o estudo das experiências de articulações dos espaços subnacionais nos processos recentes de integração regional da América do sul, abordando as aproximações e os distanciamentos entre o local, nacional e regional transnacional a partir do impacto da globalização nos processos de integração na América do sul. A presente proposta busca discutir as transformações da noção de região - enquanto identidade histórica e cultura política - na atualidade latinoamericana, em um cenário de desencaixes do globalismo transnacional.

No contexto latino-americano, as experiências regionais, não é algo recente, remetendo ao início do século XX. A integração continental, ou pelo menos subcontinental, apresenta um caminho errático, devido a uma variedade de fatores como a não complementaridade entre as diferentes economias nacionais e o papel hegemônico dos Estados Unidos na região, que submeteu as iniciativas regionais aos seus interesses. Por sua vez, mais recentemente, as várias experiências desses organismos - UNASUL, CAN, MERCOSUL e ALBA - têm-se prosseguido de maneira pausada, com recuos e avanços. Nessa perspectiva, em que a aplicação de políticas públicas de coesão regional é um elemento significativo para a retomada em novas bases para as políticas sociais de desenvolvimento regionais, realiza-se uma análise das experiências de integração regional voltada para uma nova visão de desenvolvimento transnacional e a redução das assimetrias entre os países e regiões subnacionais sul-americanos, no âmbito do MERCOSUL e da UNASUL. As novas questões acerca do desenvolvimento

regional têm relação direta com os impasses provocados nos anos 1990 e com as modificações proporcionadas pela globalização. São aspectos que envolvem desde problemas de ordem econômica (o papel da inovação, dos distritos industriais) a questões políticas, culturais e administrativas (governança, descentralização, políticas de coesão), com a valorização de temas que preconizam a participação de novos atores sociais não estatais, bem como novas maneiras de atuação estatal. A constituição das interações regionais e das diversas ações no plano infra-estatal pela cooperação comunitária tem promovido um processo de recomposição dos quadros territoriais na constituição da reterritorialização das ações econômicas, sociais e políticas a partir das diversidades das formas de ação territorial. O estudo das características da escala subnacional nos processos de integração regional permite traçar um perfil das políticas, ao mesmo tempo em que se pode avaliar e discutir o seu papel no que concerne aos seus impactos no âmbito regional e transnacional, com ênfase nos problemas do combate às desigualdades sociais (regionais) e o significado desse combate para a integração regional na América do sul, percebendo como as diversas escalas da política são rearticuladas no mundo contemporâneo.

### **1.A globalização e as diferentes escalas**

Para uma análise do processo de globalização, é preciso desenvolver uma análise que seja multidimensional e histórica, pois são distintos os impactos em esferas da sociedade global e dentro de cada sociedade particular. Portanto, uma visão mais abrangente dos próprios processos de transformações, que permita alcançar os diferentes discursos sobre o que seria o processo de globalização dos diferentes atores sociais.

Apesar do movimento – aparentemente homogeneizador – de integração dos mercados e fluxos, a globalização não eliminou, de forma nenhuma, as desigualdades entre os países e mesmo dentro das fronteiras dos Estados que organizam o mapa das nações. Existe hoje tanta desigualdade econômica dentro dos Estados quanto existe entre nações e regiões no mundo.

O principal discurso sobre a globalização é o econômico, que se refere aos novos padrões de comércio, investimento, produção, empreendimento e consumo. Um segundo tipo, que tem uma derivação do econômico, é o sociopolítico, que aborda questões relativas ao Estado, à nação e à governança global. Em terceiro lugar, e paradoxalmente, a globalização fomentou um discurso de protesto sociocrítico contra a própria realidade que produz por meio do surgimento de movimentos sociais transnacionais contestadores. Existem ainda outros discursos: o cultural, que apresenta a globalização “como fluxos, encontros e hibridismo culturais” e, por fim, o ambiental, o qual salienta que diversos problemas ecológicos são de responsabilidade de todos os habitantes do planeta.

Em alguns casos, o conceito não apresenta uma contribuição teórica relevante para se analisarem as transformações da atualidade, gerando imprecisão nos debates sobre o que ele inclui ou o que exclui. O conceito de globalização acaba por induzir a uma aceitação, muitas vezes acrítica e factual, dos acontecimentos ou fenômenos que procura descrever ou analisar.

A globalização nos obriga a tratar de maneira relativa a relação entre o endógeno e o exógeno, pois a ação humana atua em todo o planeta e promove, ao mesmo tempo, uma diversificação e homogeneização do mundo. Dessa forma, multiplica as métricas, sendo possível dizer que tal fenômeno relativiza as distâncias via o incremento da tecnologia das comunicações, ao mesmo tempo em que são produzidas realidades instantâneas.

Nesse sentido, a globalização não tem uma definição precisa, sendo qualificada como um fenômeno disparatado de natureza multidimensional, com uma predominância inicialmente no terreno econômico, mas que se manifesta em diferentes domínios.

As múltiplas escalas estão cada vez mais presentes como uma problemática relevante na contemporaneidade, sendo um ponto fundamental para a compreensão da diversidade regional em países como o Brasil, marcadamente heterogêneo e diversificado.

As modificações na esfera econômica, em decorrência da globalização, tiveram um efeito devastador na esfera política, em particular na própria fundamentação do Estado-nação. Este se formou como ator central nas relações internacionais da modernidade e como gestor da soberania interna, sendo que uma das suas características mais marcantes é o controle do território através do exercício da soberania exclusiva, tanto em relação aos concorrentes internos quanto a outros estados nacionais soberanos.

## **2.0 impacto da globalização na integração regional na América do sul?**

Os principais processos de integração regional no continente americano são: 1) duas uniões aduaneiras: o MERCOSUL (ao qual são associados o Chile e a Bolívia) e a Comunidade Andina (CAN); 2) acordos de livre comércio, como o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) e Acordo de Livre Comércio da América Central e República Dominicana (CAFTA), a não concretizada-Área de livre comércio das Américas (ALCA), além de múltiplos acordos bilaterais dos Estados Unidos assinados com o Chile e o Peru; 3) acordos de caráter mais geral, como a Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA), e a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL).

O fato de existirem diferentes acordos com variados níveis de integração no hemisfério americano, evidencia a importância deste tipo de iniciativa para os países da região. Os processos de integração regional permitem o adensamento de cadeias produtivas e ganhos de escala de produção que não seriam viáveis em países isolados. Os acordos de integração permitem uma maior diversificação das economias de nações de uma região, conduzindo, de um lado, à obtenção de economias de escala e ganhos tecnológicos e, de outro, à possibilidade de implantar segmentos produtivos decorrentes do crescimento da demanda e do dinamismo tecnológico.

No que concerne à América Latina, um fator decisivo no renovado interesse pela integração diz respeito à mudança da posição norte-americana em relação aos blocos regionais. O desinteresse no multilateralismo e no livre comércio sofreu um giro substancial na sua política comercial, a partir dos acordos regionais já assinados. O papel do Estados Unidos foi fundamental para o estabelecimento do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), que entrou em vigor em 1994.

O processo de dispersão da integração da América Latina tem a ver com o papel dos Estados Unidos que, diante do fracasso da negociação da Associação de Livre Comércio das Américas (ALCA), procurou realizar tratados bilaterais de livre comércio. Por meio desses tratados, em nome do acesso ao mercado dos Estados Unidos, os países “integrados” aderem ao mesmo modelo NAFTA-ALCA, ou seja, poucas concessões em áreas cruciais como patentes, restrições ao capital estrangeiro e à política industrial. É verdade que também na América do Sul os nortes-americanos têm buscado acordos bilaterais como aqueles realizados com o Chile, a Colômbia e o Peru, o que levou à saída da Venezuela da Comunidade Andina de Nações em 2006.

Daí se depreende que, para o entendimento da experiência regional pós-neoliberalismo, é preciso recontextualizar as experiências regionais sul-americanas. São expressivas as iniciativas recentes como a UNASUL e a ALBA, que tem como fatores comuns o “retorno do Estado”, uma preocupação pelas dimensões sociais (pobreza, desigualdade e assimetrias de níveis de desenvolvimento), a presença da temática energética e a recuperação de um espaço político pelo planejamento estatal, desprezado no regionalismo aberto dos anos 1990. O papel dessa nova política regional, com forte discurso de autonomia, relaciona-se com o desgaste das políticas impulsionadas pelo Consenso de Washington, com perda de parte do prestígio dos EUA na América do Sul.

De uma maneira abrangente, a integração da América Latina em geral e da América do Sul, em particular, encontra-se atualmente em uma fase de transição – dos velhos modelos de tipo “livre cambista” do passado recente para realidades mais diversificadas e abrangentes do presente, inclusive no nível de integração propriamente física. Entretanto, a diversidade das metas não tem gerado muita convergência, apesar de promover graus diferenciados de aproximação entre os países. Além disso, a variedade dos processos sub-regionais de integração tende a evoluir e a se transformar, ainda mais com o aumento dos fluxos de comércio e de investimentos, que são majoritariamente privados.

As dinâmicas dos países latino-americanos na última década possibilitam a atenuação da hegemonia norte-americana e uma retomada de trajetórias de intervenção estatal na economia, ainda que haja uma diversidade de caminhos neo-desenvolvimentistas. O novo desenvolvimentismo como um modelo ainda em formação, que postula a construção de um espaço de coordenação entre as esferas pública e privada, com o objetivo de aumentar a renda nacional.

A emergência da semi-periferia latino-americana produz, por sua vez, um realinhamento no terreno internacional, dando uma particular complexidade à posição da América Latina e do Caribe no sistema-mundo contemporâneo. “Nos processos de centro e periferia, há um papel determinante da semiperiferia”. O uso dos termos centro e periferia, na análise dos sistemas-mundo, não se referem, em primeira instância, a zonas geográficas, regiões ou Estados, mas a processos complexos. Essas zonas se convertem em centrais, porque dominam os processos de exploração e concentração de mais-valia, e, da mesma forma, as regiões periféricas são definidas por sua condição de exploradas pelo centro e subordinadas aos seus processos centralizadores e concentradores de recursos.

### **3.A questão local no Brasil e na América Latina**

O Brasil integrou, durante as décadas de 1960, 1970 e 1980, o bloco de países latino-americanos assolados por ditaduras militares. Como toda ditadura, as primeiras medidas giraram em torno da cassação de direitos civis e/ou políticos e do cerceamento das liberdades advindas do modelo de organização democrático-representativo. No sentido da proteção territorial, vigorou o discurso do “perigo comunista”, capitaneado a partir do contexto da chamada Guerra-Fria. Assim, estruturar o território a fim de “evitar tal perigo” tornou-se meta dos militares golpistas. Logo, as fronteiras tornaram-se foco de cuidados especiais das atividades das forças de segurança.

Às incipientes tecnologias de transporte e comunicação que prejudicavam o contato e a mobilidade, foram agregadas duras regras de proteção das fronteiras. Como consequência, as relações externas foram limitadas, fortalecendo assim a já notória localidade. Em tese, uma ação política desta natureza faria com que o país direcionasse o foco para si, abdicando das relações externas com o objetivo de fortalecer a política interna. Ou seja, em outras palavras, fortalecer o local em detrimento da inserção externa. Entretanto, sob as certezas de um sistema de produção baseado no consumo, a realidade se mostrou diferente.

O pós-guerra tornou evidentes dois modelos socioeconômicos distintos. Se por um lado o acordo firmado entre os “aliados” garantiu a “divisão territorial” sob domínio dos dois impérios que ali se formaram, por outro, além de evidenciar as contradições, garantiu que a América Latina se mantivesse caracterizada pela economia de mercado. As agruras políticas e os “riscos externos” estimularam a deflagração de golpes exatamente para garantir a sobrevivência do capitalismo. Eis instaurada, portanto, uma forte contradição, visto que a ideologia liberal-capitalista pauta-se no conceito de liberdade para além do consumo. É possível, naturalmente, a coexistência de centralismo político e liberdade de mercado, mas, neste caso, a propriedade privada vive sob constante risco.

A dominação imperialista articulou-se, na periferia do sistema, com toda sorte de economias e Estados de tipo pré-capitalistas, introduzindo, nos países

periféricos, contradições de novo tipo – as contradições de classe típicas do capitalismo e as contradições decorrentes da dominação imperialista sobre os Estados e as economias nacionais. Essas novas contradições vieram se somar às contradições específicas daquelas formações sociais. (BOITO JR, 2007: 215)

E é sob esta conjuntura que se desenvolve o sistema capitalista no continente. Ávidas pela ampliação do mercado de consumo, as empresas multinacionais intensificaram a participação nas economias locais. Atuando em variados segmentos, estas empresas não apenas exportaram seus produtos, como também se fixaram nos territórios, facilitando trâmites burocráticos e ampliando lucros a partir da reconfiguração logística. Ora, é possível aferir, portanto, que as ditaduras, ao cercearem direitos individuais, impulsionaram a inserção capitalista internacional no continente, o que, por consequência, contribuiu para a transformação e reconfiguração da ideia de localidade ou, em outras palavras, da questão local.

Este fato pode ser percebido de forma nítida a partir do desenvolvimento dos meios de comunicação de massa no Brasil, particularmente da televisão. Em 1950 Assis Chateaubriand buscou nos Estados Unidos da América a tecnologia de TV, além de importar, deste país, os primeiros aparelhos receptores. Apesar das primeiras emissoras datarem deste período, o impulso necessário para o desenvolvimento da TV – e de todo o sistema de comunicação – ocorre sob comando dos governos militares que deram o golpe de 1964. O que foi determinado como “Projeto de Integração Nacional” teve, verdadeiramente, o objetivo de abrir o país ao capital internacional, haja visto o surgimento do satélite e o incentivo – financiamento – à aquisição de aparelhos durante a década de 1970. Não é possível afirmar que o objetivo, neste caso, foi transformar, de maneira proposital, a localidade; no entanto, ao incentivar o consumo de bens culturais internacionais, os militares contribuíram sobremaneira neste sentido e, mais especificamente, prepararam o país para o processo de globalização mais acentuado a partir da década de 1980.

Não tardou para que o mundo fosse definitivamente assolado pela onda transformista do chamado processo de globalização. A nova fase de transformação do capitalismo trouxe muito mais que as mudanças na forma de produção. Globalizar, no sentido empregado por este modelo, pressupõe integrar pessoas e comunidades em objetivo único, dinamizando, através das novas formas de consumo, amplas mudanças culturais.

Quando falamos de globalização não podemos esquecer de que a base do processo se funda em dois pontos fundamentais, bastante estudados pela antropologia cultural: a difusão e a aculturação. A difusão fala de um processo empírico: uma entidade cultural sai de um sistema, como as regras do Partido Comunista russo ou as Constituições inglesa ou norte-americana, e é adotada noutra lugar (sociedade). A aculturação se refere ao modo pelo qual um certo dado ou entidade cultural vindo de fora é reinterpretado por um sistema. E, no processo, como seu significado pode mudar porque ele pode ser redefinido em termos da cultura local. (DAMATTA, 2001: 170).

As transformações culturais, pode-se afirmar, são “automáticas” em países globalizados. E isto porque o próprio sistema que organiza o modelo socioeconômico atua no sentido de eliminar a importância do local em detrimento do global. Assim, aspectos culturais que permeiam o cotidiano local tendem, conforme se desenvolve a dinâmica global, a sumirem ou, simplesmente, mesclarem-se a apelos consumistas. Como o processo de globalização depende de certa intersecção de possibilidades, é possível compreender, a partir da análise de duas características, seu desenvolvimento na década de 1980.

Em primeiro lugar, tal processo não seria possível sem nova conduta de mobilidade, ou seja, de atuação na logística de deslocamento dos indivíduos entre as localidades. Ora, de certo que o contato entre grupos humanos não é primazia deste século, contudo, o aprimoramento das tecnologias de transporte facilitou e, por consequência, estimulou o deslocamento. Atrelado a isto é preciso destacar, como segunda característica, o papel fundamental das novas formas de comunicação. O século XX foi marcado pelo acentuado desenvolvimento das técnicas de comunicação, que além de contribuírem com a transformação das formas de produção, dinamizaram a “proximidade” de grupos e indivíduos distantes fisicamente, ou seja, “aproximaram” pessoas e grupos geograficamente separados.

Com a grande revolução da mobilidade e das telecomunicações, a questão das escalas da organização social se impõe igualmente. Também ela assume um caráter muito geral, na medida em que contribui ao mesmo tempo para organizar uma percepção do mundo e para definir princípios de ação [...] (BOURDIN, 2001, 29)

O desenvolvimento do processo de globalização seguiu a mesma lógica excludente e desigual inerente ao capitalismo. Países considerados periféricos foram culturalmente acoplados pelos padrões culturais característicos de países desenvolvidos através do mais sutil formato: o consumo. A estratégia de transformar os padrões culturais destes países em produto estimula a transformação das localidades, visto que não apenas o idioma e os produtos de consumo direto são colocados à disposição do consumidor, mas também – e essencialmente – seu estilo de vida.

Inevitavelmente, ao se colocar como produto nas localidades, estes padrões culturais passam a permear a realidade, transformando padrões antes fixos e indicando novas possibilidades. Com isso, bens culturais mais suscetíveis e, portanto, com menos poder de “resistência” sofrem severas modificações ou se direcionam ao abandono. Em linhas gerais, as culturas populares, quando não interessam como produto, são as mais afetadas e, quando interessam ao capital, são transformadas e adequadas.

Nas últimas três décadas, o artesanato, assim como outras manifestações tradicionais, deixou de ser decisivo para o sustento das comunidades e como atração turística. Os mexicanos, guatemaltecos e colombianos que migram às cidades ou para os EUA ajudam mais com suas remessas de dinheiro do que com a estagnada exportação de artesanato. Já não é possível isolar comunidades locais ou grupos étnicos, selecionar seus traços “autênticos” e reduzir as explicações de seu desenvolvimento à lógica interna de cada grupo. (CANCLINI, 2008: 93-94).

#### **4. O processo na América do Sul e o desenvolvimento sub-nacional**

Apesar dos percalços, das crises e do relativo abandono de várias das pretensões – como os objetivos comerciais de integração e, sobretudo, de compensações sociais –, o MERCOSUL aumentou a inserção internacional dos países-membros, ainda que o tenha feito de forma distinta, segundo as conjunturas econômicas vividas por esses países e o ritmo da economia mundial, logo bastante diferentes, em função das fases de expansão ou retração das dinâmicas econômicas.

O principal problema do processo de integração residiu no fato de que os países-membros apresentavam diferenças estruturais expressivas. Além disso, cada país encontrou seu caminho de forma isolada, não negociada, e nem sempre compatível com os propósitos de promover a

convergência entre as quatro economias. Em particular, o tratamento das assimetrias entre os quatro sócios nem sempre esteve presente em forma suficiente para neutralizar as diferenças.

As diferenças estruturais no momento inicial do MERCOSUL, as dificuldades impostas por distintas trajetórias macroeconômicas e os traumas provocados por alguns resultados deixam bastante a desejar. No que diz respeito às economias maiores, a obtenção de superávits recorrentes nas relações comerciais com os sócios, sem que exista mecanismo compensatório, parece pouco compatível com o propósito de promover convergência produtiva. Por outro lado, déficits nas relações bilaterais provocam reações negativas internas, levando os governos a ampliarem concessões. O fato de o MERCOSUL ser um exercício intergovernamental, sem mecanismos supranacionais, como fundos compensatórios, torna mais explícita essa sensibilidade aos resultados comerciais.

A constituição de investimento em infra-estrutura que possibilite a articulação e a integração física do subcontinente sul-americano é, sem dúvida, uma temática marcante neste início do século XXI. O surgimento do Projeto da Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana (IIRSA), no ano 2000, representou um importante marco no processo de integração da América do Sul. A infra-estrutura do Plano IIRSA visa construir na América do Sul, através da liberalização do comércio recíproco dos bens e serviços, uma infra-estrutura energética, de telecomunicações e uma malha viária e portuária comuns.

A demonstração visível das novas tendências de uma integração mais abrangente é a Comunidade Sul-americana das Nações, criada em 2004 e transformada recentemente (2008) na União das Nações Sul-Americanas (Unasur). Trata-se de uma concepção mais prepositiva da integração a qual aponta para a criação de um novo espaço regional, visando o desenvolvimento e não somente a adoção de medidas de liberação do comércio.

A crise dos governos neoliberais na América do Sul, a integração regional passou por uma importante inflexão. Assim, as temáticas de fortalecimento de novas modalidades de cooperação e a busca por uma articulação produtiva entre os países pautaram a aproximação entre as nações do subcontinente.

As principais potencialidades da América do Sul – maior e mais diversificado potencial energético do planeta; maior reserva de água doce do mundo; existência de uma rica biodiversidade e de um parque industrial em desenvolvimento, ainda que concentrados – são fatores que, segundo Ibañez (2007), favorecem o desenvolvimento da região e podem facilitar a integração regional. Entretanto, a assimetria muito marcante no desenvolvimento dos Países-membros é um forte complicador para a efetiva integração.

A importância da integração física como elemento central para o desenvolvimento da unidade sul-americana, bem como a importância de medidas para enfrentar as assimetrias de desenvolvimento dos países da região são temas que serão discutidos neste capítulo. O presente estudo aborda essas temáticas a partir da análise de duas experiências concretas na América do Sul: o Plano para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), no âmbito da Unasul, e o Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM). O estudo discutirá as concepções expressas nos documentos oficiais, bem como os principais projetos estabelecidos, dentre os quais vários estão em andamento. Além disso, como um elemento importante para a compreensão do surgimento do IIRSA e, em certa medida, também do FOCEM, o capítulo abordará a importância cada vez mais marcante da política externa brasileira na integração regional sul-americana.

Em relação ao significado da adoção dessas iniciativas e à problemática geral do desenvolvimento da integração regional, pretende-se estudar o que significa tanto o IIRSA quanto o FOCEM, enquanto tentativas para estruturar uma política de integração voltada para uma nova visão de desenvolvimento transnacional e a redução das assimetrias entre os países sul-americanos, no âmbito da Unasul e do MERCOSUL.

## Referências

- BOITO JR. Armando. **Estado, Política e Classes Sociais**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- BOURDIN, Alain. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- CANCLINI, N. G. **Latino-americanos à procura de um lugar neste século**. São Paulo: Iluminuras, 2008.
- CECEÑA, Ana Esther, AGUILAR, Paula, MOTTO, Carlos. **Territorialidad de la dominación: Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana (IIRSA)**.
- DAMATTA, Roberto. **Globalização e Identidade Nacional: considerações a partir da experiência brasileira**. In MENDES, C. (Org). *Pluralismo Cultural, Identidade e Globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HAESBAERT, R. Região, diversidade territorial e globalização. *GEOgraphia* – Ano. 1 – No 1 – 1999. 17-39p.
- HURREL, Andrew. O Ressurgimento do Regionalismo na Política Mundial. In: **Contexto Internacional**. Volume 17, número 1. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 1995.
- KEATING, Michael. Les régions constituent-elles un niveau de gouvernement en Europe? In: LE GALÉS. **Les paradoxes des régions en Europe**. Paris: La Découverte, 1997.p. 11-36.
- LIMA, Marcos. Região e desenvolvimento no capitalismo contemporâneo. São Paulo: Unesp, 2011.
- QUIJANO, Aníbal. El laberinto de América Latina: hay otras salidas? **Rev. Venez. de economía y ciencias sociales**. 2004, vol.10, n1, janeiro-abril), pp. 75-97.
- RUIZ, José Briceño. O MERCOSUL: reflexões sobre a crise de seu modelo de integração seu relançamento. **Cadernos PROLAM/USP**(ano 6 -vol. 1- 2007),p.187-209.